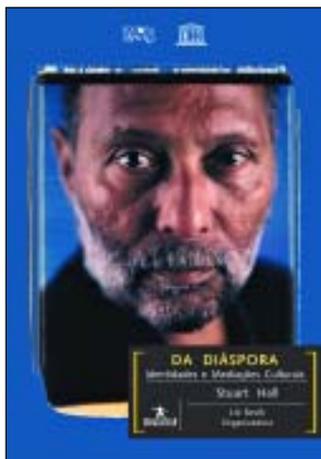

DAS IDENTIDADES COMO FORMAÇÕES HISTÓRICAS: UMA RESENHA DA OBRA DE STUART HALL

Sonia Regina dos Santos*



HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Em um dos primeiros capítulos da obra *Da diáspora – identidades e mediações*, Stuart Hall tece alguns comentários sobre a questão do multiculturalismo. O autor nos explica que esse termo é atualmente universalizado, “contudo, sua proliferação não contribuiu para estabelecer ou esclarecer seu significado” (p. 51).

Sabemos que muito já foi dito sobre o que vem a ser multiculturalismo, porém o autor ressalta o conceito ainda é uma fórmula inacabada. “Na falta de conceitos menos complexos que nos possibilitem refletir sobre o problema, não resta alternativa senão continuar utilizando e interrogando esse termo” (p. 51). (...) o “multiculturalismo”

apresenta algumas dificuldades específicas. Denomina “uma variedade de articulações, ideais e práticas sociais” (p. 52).

Segue-se então uma breve explicação da distinção entre o que é multicultural e multiculturalismo: “Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua ‘identidade original...’ – ‘multiculturalismo’ é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas e multiplicidade gerados pelas sociedades múltiplas” (p. 52).

Uma vez reconhecida à diferença, é possível compreendermos que cada identidade é própria – ela se constitui na hibridização, no movimento de articulação, nunca, uma forma acabada, completa, sempre provisória tendo em vista os vários encontros que causam choque e entrechoques das culturas. “Na verdade, o ‘multiculturalismo’ não é uma doutrina, não caracteriza uma estratégia política e não representa um estado de coisas já alcançado. Não é uma forma disfarçada de endossar algum estado ideal ou utópico. Assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há ‘multiculturalismos’ bastante diversos” (p.53). O autor define dentro de sua obra como: multiculturalismo liberal, comercial, corporativo entre outros um que ele enfatiza com veemência é o multiculturalismo crítico ou “revolucionário”, “enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência, procura ser insurgente, polivocal, heteroglossa e antifundacional”, esse, já foi mencionado por McLaren (1997) e Goldberg (1994) (p. 53).

Numa outra passagem do texto o autor jamaicano se debruça sobre as fragilidades e limitações das sociedades diante o colonialismo e as conseqüências no pós-colonialismo. “O colonialismo – sempre uma inscrição dupla – tentou inserir o colonizado no ‘tempo homogêneo vazio’ da moder-

*Graduada em Letras (Português-Literatura) pela Universidade Estácio de Sá.

nidade global, sem abolir as profundas diferenças ou disjunturas de tempo, espaço e tradição” (Bhabha, 1994; Hall, 1996a) (p. 55).

Dentro da obra, aponta para o fato de que o sistema colonial marcou para sempre as sociedades dominadas, foram muitas as experiências de dominação em cada território que o colonizador aportava. A diversidade era pretexto para a imposição de valores, de costumes culturais. Para Hall, a diferença se constitui, nesses casos, em ameaça e deixa de ser uma possibilidade de crescimento. “(...) a colonização reconfigurou o terreno de tal maneira que, desde então, a própria idéia de um mundo composto por identidades isoladas, por outras culturas e economias separadas e auto-suficientes tem tido que ceder a uma variedade de paradigmas destinados a captar essas formas distintas e afins de relacionamento, interconexão e descontinuidade. Essa foi a forma evidente de disseminação-e-condensação que a colonização colocou em jogo” (p. 117).

Hall salienta ainda que, apesar da variação em muitos aspectos, de uma a outra parte do globo, no que se refere a sujeição da colonização, seus efeitos se materializam no pós-colonial, no campo de ação onde até os dias atuais, convivem e se defrontam os diferentes sujeitos e classes sociais.

Muitas ainda são as questões e os dilemas que se conjugam advindos do colonialismo. “O ‘colonialismo’ se refere a um momento histórico específico (um momento complexo diferenciado, como tentamos sugerir); mas sempre foi também uma forma de encenar ou narrar a história e seu valor descritivo, sempre foi estruturado no interior de um paradigma teórico e definidor distinto” (p. 117).

O autor revela que a própria sucessão de termos que foram cunhados para se referir ao colonialismo, demonstra a intensidade com a qual uma importante bagagem política, conceitual, epistemológica estava atrelada com que cada um deve ser compreendido discursivamente – colonização, imperialismo, neocolonial, dependência, Terceiro Mundo. Hall explicita que, o desafio está em compreender esses termos, em suas contradições internas e as relações que construíram historicamente.

No capítulo três da obra com o título – *Cultura Popular e Identidade - Que negro é esse na cultura negra?* Hall o inicia com uma pergunta – “Que tipo de momento é este para se colocar a questão popular negra?”. Nesse capítulo o autor aponta para a questão do momento e explica que o momento nunca é o mesmo, pois os momentos são sempre conjunturais e suas especificidades estão em outros momentos. Para explicitar melhor o que quer dizer, Hall menciona outros autores como: West, Arnold e Franz Fanon, enfatizando que as especificidades do momento da questão da cultura negra estão divididas em três grandes eixos: “O primeiro é o deslocamento dos modelos europeus de alta cultura, e da própria cultura (...); o segundo eixo é o surgimento dos EUA, como potência mundial e, conseqüentemente, como centro de produção e circulação global da cultura (...); o terceiro eixo é a descolonização do Terceiro Mundo no sentido de Franz Fanon: incluo aí o impacto dos direitos civis e as lutas negras pela descolonização das mentes dos povos da diáspora negra” (p. 336). O autor ao mencionar esses três eixos, aponta para o fato de que eles estão inseridos dentro do contexto da ideologia americana.

Hall menciona que: “Os negros estão colocados numa relação tão ambígua com o pós-modernismo quanto estavam com o alto modernismo: mesmo quando despojado de sua procedência no marxismo desencantado ou na intelectualidade francesa e reduzido a um status mais modesto e descritivo, o pós-modernismo continua a desenvolver-se de forma extremamente desigual, como um fenômeno em que os antigos centro-periferias da alta modernidade reaparecem consistentemente”. Nesse sentido, Hall faz uma crítica ao modo como esses dois períodos não conseguiram dar conta da realidade da questão da cultura popular negra como um todo. Hall fala ainda que: “devemos ter

em mente a profunda e ambivalente fascinação do pós-modernismo pelas diferenças sexuais, raciais, culturais e, sobretudo, étnicas. Em total oposição à cegueira e hostilidade que a alta cultura europeia demonstrava(...). Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao mainstream, nunca foi um espaço tão produtivo como agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural” (p. 337, 338).

Nessas passagens do texto, Hall chama atenção nos mostrando que, se por um lado, o alto modernismo e o pós-modernismo não deu conta da realidade da questão da cultura popular negra, por outro lado, esses dois períodos abriram espaços para as culturas e os grupos étnico-culturais se construírem e se desenvolverem, ainda que em contextos cheios de contradições, de disputas, de lutas e resistências. “(...) reconheço que os espaços ‘conquistados’ para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. Acredito que sejam limitados. Sei que eles são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio da especulação” (p. 339). O autor salienta ainda que essa luta em torno da diferença é o que se entende nos dias atuais por hegemonia cultural – não se trata de “vitória ou dominação”, na verdade são negociações das disposições e configurações do poder cultural e não se ausentar dele.

Hall vai mais além ao mencionar que cultura popular carrega em si uma ressonância - a própria palavra “popular”, que tem sempre sua base em experiências cotidianas, as tradições, memórias, prazeres do povo. Cultura popular se define em experiências de pessoas comuns, por esse motivo o autor diz que cultura popular se associa ao que Bakhtin chama de “vulgar” – o popular, o informal, o grotesco, o lado inferior. “o papel do ‘popular’ na cultura popular é o de fixar autenticidade das comunidades populares, enraizando-se nas experiências (...)” O autor enfatiza que, a cultura popular tem se tornado historicamente a forma dominante da cultura global. “Ela é o espaço de homogeneização em que os estereótipos e as formulas processam sem compaixão material as experiências dentro da sua rede, espaços em que o controle sobre narrativas e representações passa as mãos das burocracias culturais estabelecidas às vezes até sem resistência”. Nesse sentido, Hall aponta que a cultura popular negra é um espaço contraditório. “É um local de contestação estratégica” (p. 341). Segundo o autor a cultura popular negra, não pode ser reduzida a termos simples “não importa o quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular, nós continuamos a ver nossas figuras e repertórios, aos quais a cultura popular recorre, as experiências que estão por trás delas” (p. 342). Nesse sentido, Hall fala “a ‘boa’ cultura popular passa no teste de autenticidade negra. Estas servem para garantias na determinação de qual cultura popular negra é certa, qual é nossa e qual não é” (p. 344).

O capítulo final da obra de Stuart Hall é uma entrevista com o próprio autor conduzida por Kuan-Hsing Chen. Nessa entrevista são abordadas questões relativas à raça, etnia, as especificidades de várias trajetórias que moldaram a experiência, posição política e intelectualidade do autor.

Ele explica que nasceu numa família de classe média jamaicana e desde cedo sofreu o preconceito da cor dentro da própria família, pois era o mais escuro entre eles. A família sempre procurou viver o modelo social inglês, o que Hall sempre rejeitou e isso o afasta emocionalmente da família que quis impor-lhe inclusive as amizades “(...) fiz amizades em outros lugares. Passei minha adolescência negociando espaços culturais... Estou tentando dizer que vivi as tensões coloniais

clássicas como parte histórica pessoal. Minha própria formação e identidade foram construídas a partir de uma espécie de recusa dos modelos dominantes de construção pessoal e cultural aos que fui exposto” (p. 409).

Hall fala da irmã que teve um colapso nervoso, foi impedida pela família de viver um romance com um estudante de medicina porque era negro. Segundo o autor sua irmã foi vítima das ambições de seus pais naquela situação colonial: “Nunca mais saiu de casa. Ela cuidou de meu pai até ele morrer. Depois da minha mãe até ela morrer. E cuidou de meu irmão, que ficou cego (...)” (p. 413). Hall decidiu que não iria ser destruído por sua família e então migrou para a Inglaterra.

Uma vez morando em Oxford, Hall não viveu o nascimento da consciência negra e o rastafarismo jamaicano e diz que sente o estranhamento da experiência diaspórica. Viveu na Jamaica e na Inglaterra e é um estrangeiro nos dois lugares “conheço intimamente os dois lugares, mas não pertencço a nenhum (...) a experiência diáporica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda perto o suficiente para entender o enigma de uma ‘chegada’ sempre adiada” (p. 415).

Hall negociou culturalmente sua permanência na Inglaterra mesmo sabendo que não pertencia ao universo inglês. Editou revistas, lecionou na Universidade de Londres e esteve a frente do CCCS – Center of Contemporary Cultural Studies, por 15 (quinze) anos e o deixou para trabalhar na Open University, onde buscou realizar antigas aspirações políticas.

Encerrando a entrevista o autor fala da questão da identidade como um posicionamento que cada indivíduo assume, que não é fixa, porém é resultado de formações históricas e deve ser vivida por completo. “Acho que a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um ‘posicionamento’, ao qual podemos chamar provisoriamente de identidade” (p. 432, 433).